

## Comissão de Direito Processual Civil

Ementa: Indicação 013/2016

Projeto de Lei 2773/2015, objetivando acrescentar o inciso IX ao artigo 292 da Lei 13.105/15, instituindo o valor da causa na ação de reintegração de posse.

Sustenta-se haver grande divergência jurisprudencial, ocasionando insegurança jurídica, além do que a imposição da regra do §3º do artigo 292, CPC, implica em elevadas custas judiciais, o que pode restringir o acesso à Justiça.

O acolhimento da proposta contida no PL sob análise teria o condão de estabilizar a discussão. Parecer no sentido de aprovação do PL 2773/2015, que estabelece como o correspondente a 1%(um por cento) do valor do bem imóvel esbulhado para ser atribuído ao valor da causa em ação de reintegração de posse.

### Relatório e Fundamentação:

Por força de despacho do então sr. Presidente do IAB, foi convertido em Indicação o Projeto de Lei 2773/2015, que pretende inserir o inciso IX no artigo 292 da Lei 13.105/15/CP. O referido dispositivo legal trata do valor da causa, de forma a contemplar especificamente a ação de reintegração de posse. Pleiteia-se que o valor da causa seja de 1%(um por cento) do valor do bem imóvel objeto do esbulho.

Sustenta-se no referido projeto, em apertada síntese, que a falta de dispositivo normativo claro e objetivo para a fixação do valor da causa, em ações de reintegração de posse, tem ocasionado grande divergência jurisprudencial, o que ocasionaria nociva insegurança jurídica.



Afirma-se que com a omissão legislativa, a grande maioria dos magistrados vem entendendo que deve-se aplicar o que está previsto no §3º. do artigo 292, do CPC vigente, qual seja, que o valor da causa deve ser o correspondente ao proveito econômico perseguido pelo autor.

Traz alguns julgados originários do TJRS, em que procura exemplificar as controvérsias quanto aos valores das causas em processo, nos quais se busca a reintegração de posse, o que, por via direta, por ocasionar elevadas custas judiciais, poderia vir a intimidar o acesso à Justiça e, conseqüentemente, a prática de invasões a propriedades urbanas e rurais.

Sustenta, ainda, para justificar a relevância do Projeto de Lei em comento, que não raras as vezes figuram no polo passivo, pessoas dotadas de hipossuficiência econômica. Tal condição as impede de arcar com o ônus de uma eventual sucumbência, em caso de procedência do pedido e, dessa forma, mesmo que o autor saia vitorioso na demanda, este corre o risco de não se ver ressarcido das custas dispendidas quando da propositura da ação.

Pondera-se, aqui, ainda, um viés prático, pois em se tratando de ação possessória, não há que se questionar sobre o valor do imóvel ou da porção do imóvel ocupada, já que a posse por si só, não tem valor econômico imediato, não se confundindo com a propriedade.

Ademais, na hipótese de procedência do pleito, o autor apenas retomará a posse do imóvel, imóvel este que já integra o seu patrimônio, nada obtendo em acréscimo.



Ressalte-se, ainda, que junto com o CPC2015, veio a taxatividade do rol de hipóteses de interposição de recurso em face de decisões interlocutórias e decisões judiciais que sobre o valor da causa não foram contempladas por esse rol.

Explica-se melhor: se o magistrado decide no curso do processo a preliminar de incorreção do valor da causa, ou mesmo, determina a sua correção de ofício, por partilhar de entendimento de que deva ser o valor, por exemplo, do imóvel (o que por si só também é muito controverso, diante da oscilação do mercado imobiliário ou, até mesmo, da super valorização que as Prefeituras vem realizando do valor venal, a fim de, através do Imposto Predial e Territorial Urbano, ver aumentada a sua receita), o demandante somente poderá demonstrar o seu inconformismo, em sede recursal, após a prolação da sentença. Sua irresignação não pode ser demonstrada e analisada pelo Tribunal de Justiça, de imediato, e caso não efetue o recolhimento das custas pertinentes, tem-se como consequência o cancelamento da distribuição.

Assim, unindo-se mais esses dois aspectos (um fático e outro processual), nada mais pertinente e adequado que seja contemplado um dispositivo legal específico, em se tratando de valor da causa, para casos em que se busca a reintegração de posse de imóvel, como pretende o PL 2.773/2015.

#### **Conclusão:**

Assim sendo, salvo melhor juízo, deve o Instituto dos Advogados Brasileiros recomendar ao Congresso Nacional a aprovação do PL 2773/2015, de autoria do Deputado Wellington Roberto, acrescentando ao artigo 292 da Lei 13.105/15 o seguinte inciso IX:

Art. 292 – O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será:



.....  
IX- Na ação de reintegração de posse, a quantia correspondente a 1% (um por cento) do valor do bem imóvel objeto do esbulho.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2018.

LUCIA MUGAYAR

OAB/RJ 97.921

Relatora Designada

Membro da Comissão de Processo Civil